



PL 1951 /2018

PROJETO DE LEI Nº
(Do Deputado Wasny de Roure)

L I D O
Em, 20 / 03 / 18

Secretaria Legislativa

Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º.....

III – dois servidores efetivos, sendo um obrigatoriamente da carreira socioeducativa, na especialidade assistência social.

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Proposição tem como objetivo adequar a estrutura técnica administrativa dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, com o objetivo de uniformizar procedimentos, prestar assessoria técnica as demandas, acompanhar e registrar as reuniões do colegiado e elaborar estudos sobre as principais violações dos direitos da criança e do adolescente na sua região de atuação.

SECRETARIA LEGISLATIVA 16/03/2018 12:32

Edy 24916



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



A estrutura técnico administrativa será composta por no mínimo 1 (um assistente social), tendo em vista a inserção histórica do trabalho deste profissional na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Sala da Sessões, / de 2018.



WASNY DE ROURE
Deputado Distrital - PT/DF

Assunto: Distribuição do Projeto de Lei nº 1.951/18 que “Altera a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que “Dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências”.

Autoria: Deputado(a) Wasny de Roure (PT)

Ao SPL para indexações, em seguida ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CAS (RICL, art. 65, I, “d”) e, em análise de admissibilidade na CCJ (RICL, art. 63, I).

Em 22/03/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 1951 / 2018
Folha Nº 3 Bet